

A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA

Olga Suely Soares de Souza¹

RESUMO: *O presente artigo versa sobre experiência vivenciada no projeto de extensão universitária, denominado “Projeto de Extensão Cidadania/Liberdade”, desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus X – Teixeira de Freitas/BA. Esse tem como objetivo basilar contribuir com a elevação social e cultural das populações dos bairros periféricos Nova América e Liberdade. Ambos situados em Teixeira de Freitas/BA e com vistas à conquista de direitos e de cidadania.*

Palavras-chave: Extensão; Cidadania; Educação não-formal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar algumas considerações sobre alguns aspectos da experiência extensionista em espaços não-formais.

O objeto em análise é o Projeto de Extensão Cidadania/Liberdade que vem sendo desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus-X, em Teixeira de Freitas-BA, há aproximadamente dez anos, nos bairros Liberdade e Nova América junto às comunidades dos referidos bairros.

Entendemos ser bastante significativo a sistematização da reflexão e do conjunto de análises que perpassam a experiência que vivenciamos nas comunidades. Trata-se principalmente de entender e socializar, ainda, as propostas educacionais direcionadas nos espaços não formais ainda que permeados de limites tais como: falta de recursos, espaço físico não apropriado, carência de recursos humanos, falta de motivação dos moradores.

Para efeito dos objetivos deste artigo, pontuaremos algumas questões oriundas de nossa experiência com as comunidades, com o projeto Cidadania/Liberdade, em Teixeira de Freitas/Ba, cuja análise ultrapassa a experiência como dado, mas as marcas de uma caminhada que nos conduz a um diálogo mais amplo, com algumas questões gerais que nos remetem a um debate em torno da educação não-formal nas comunidades.

Consideramos que, até a década de oitenta, a educação não-formal foi um objeto que não tinha muita relevância no Brasil, no que se refere às políticas públicas e também entre os educadores. Segundo Gohn, “*algumas luzes foram lançadas sobre a educação informal, mas ela era vista como uma extensão da educação formal, desenvolvida nos espaços exteriores às unidades escolares*”. (GOHN, 2001, p.91). A grande ênfase dada à educação não-formal foi na década de noventa em razão das transformações ocorridas na economia, na sociedade e, conseqüentemente, no mundo. Nesse período passou a valorizar e os programas e processos educativos nos grupos, no coletivo, permitindo as articulações dos sujeitos históricos formadores de cultura que, no interior da comunidade fomenta e realiza ações grupais e habilidade fora dos espaços institucionais.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Mestra em Educação pela Universidade São Francisco/SP; Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus X/Teixeira de Freitas/BA, Professora e Coordenadora do Curso de Direito da FACISA/CESESB – Itamaraju/BA. Contato: olgasuely@terra.com.br.

Assim, surgem muitas concepções sobre a educação não-formal. Neste trabalho, utilizaremos os pressupostos de Gohn, que define a educação não-formal em quatro dimensões: a primeira, envolve aprendizagem política dos direitos dos indivíduos; isto significa que os sujeitos históricos envolvidos no processo educativo constroem gradativamente a consciência de que é possível conquistar direitos, participando de ações das atividades coletivas no meio social em que vivem. Participar da Associação de Moradores, de ações organizadas de luta por escola, moradia poderá desenvolver nos indivíduos essa aprendizagem; a segunda envolve capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de atividades dirigidas e cursos diversificados, os indivíduos poderão desenvolver suas habilidades e potencialidades que facilitaram a inclusão dos mesmos no mercado informal; a terceira, aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem na educação não-formal, os membros da comunidade, constituindo-se em grupos para desenvolvimento de práticas educativas não previstas pelas instituições de ensino, voltadas para a solução dos problemas coletivos. Nessa proposta a educação não-formal propõe essas ações em que os indivíduos deverão interagir e integrar-se com a realidade social à qual pertencem no cotidiano, vivenciando as experiências comunitárias, não tematizando as questões sociais de forma neutra, mas sim identificando o problema ou problemas que afetam a comunidade para posterior elaboração de estratégias que possibilitam ações efetivas de transformações; a quarta, aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Acreditamos que a aprendizagem nos espaços não-formais se processa de forma mais espontânea, porque há uma predisposição ao ato de aprender, há uma natureza específica de aprendizagem que não é tão-somente o simples fato de ir e vir à escola institucional. A necessidade do jovem ou do adulto aprender é um permanente desafio para superar os próprios limites da sua própria vida, da condição econômica e social que está posto pela sociedade; são limites e possibilidades que precisam ser vencidos, que superam as linhas pragmáticas e condutas pedagógicas tradicionais. Este conjunto de questões demarca um campo de princípios, em torno dos quais se pode estruturar um projeto para atender essas demandas na comunidade; a quinta, é a educação desenvolvida pela mídia. Com a globalização, a sociedade alterou seus valores, costumes, crenças e uma nova ordem foi estabelecida como diretriz para a sociedade, revelando uma polaridade entre as sociedades desenvolvidas e as sociedades dos países periféricos.

Com a progressiva expansão da globalização, conseqüentemente, aumentando a capacidade de acumulação e reprodução de capital aliados ao desenvolvimento tecnológico, em especial nos grandes centros urbanos, ampliam-se os problemas sociais e a capacidade das pessoas em viver e conviver uns com outros também são afetadas pelos novos padrões de comportamentos sociais. É preciso refletir sobre essas mudanças nos espaços não-formais como na família, no convívio com os amigos, nos grupos de estudos, nas pastorais, nas associações de moradores, no teatro, nos clubes recreativos, nos movimentos sociais urbanos e rurais, dentre outros.

Nesses espaços em que a educação informal atua são possibilidades permanentes de aprendizagem no dia-a-dia do indivíduo. O ato de aprender é um constante aprender a aprender. O ser social do homem não é um estável, é processo que alicerça e acompanha a vida de cada nova geração, em dada estrutura social: o homem não está em um vazio para deliberar sobre as suas ações. Ele escolhe, decide, analisa, compara, pensa, sente, sofre, imagina e sonha. Sua ação final é precedida de uma série de atividades afins também na comunidade. Razão e emoção, disputas e conquistas são concorrentes na objetivação dos atos humanos. Na educação não-formal, precisamos fomentar o agir transformador, superando os limites impostos pela sociedade às camadas populares.

A educação não-formal em sua amplitude deverá atingir a cidadania. Uma questão que hoje, na era globalizada, está sendo retomada pelos diferentes grupos sociais e movimentos e que

alguns deles têm acesso a quase todos os bens e direitos; outros não. Em virtude do baixo salário, ou sem salários como os desempregados, e o não direito à educação, à saúde, pergunta-se: o que é cidadania para uns e o que é para outros. Podemos delinear concepções diferentes e até mesmo opostas. Para muita gente, ser cidadão confunde-se com o direito de votar. Mas quem já teve alguma experiência política ou educativa no bairro, igreja, escola, sindicato, nos movimentos sociais, dentre outros, sabe que o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier seguido de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural.

A dificuldade de conceituar cidadania exprime as visões e representações que fazemos dela que nem sempre correspondem às realidades sociais com as quais convivemos. Muitas vezes a cidadania é tratada ora como nacionalidade, ora como marginalidade. Podemos afirmar que hoje, com o aumento da exclusão, a cidadania, como produto em si, do registro de nascimento, ou do título eleitoral, deverá ser como as cores, configurada quando impregnada no indivíduo, no cidadão. É ele que realiza sua existência, enquanto lhe confere uma identidade.

A cidadania vem evoluindo, preconizando o direito de herança, a propriedade ao direito de pertencer a uma determinada classe social.

Podemos afirmar que hoje ser cidadão significa ter direitos e deveres. Preceito constitucional: todos são “iguais perante a lei”. A todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário digno para prover a sua própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos expressarem-se livremente.

Isso tudo diz mais respeito aos direitos do cidadão. Ele também deve ter deveres; ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos e em conjunto; pela coletividade cumprir as normas e propostas decididas nos grupos, dos quais ele participa. Essa deve ser a prática a ser desenvolvida na educação não-formal.

As pessoas tendem a pensar na cidadania apenas em termos de direito a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos. É preciso lutar para que os direitos sejam conquistados. Em vez de meros receptores, estes são sujeitos históricos construtores daquilo que querem almejar. Se há um problema no bairro ou em sua rua, por exemplo, não se deve esperar que a solução venha espontaneamente. Necessário se faz que os moradores se organizem e busquem uma solução para o problema.

Sendo assim, a cidadania, segundo Covre, “*é o próprio direito à vida no sentido pleno*” (COVRE, 1991, p.11). Como se vê, é papel da educação-não formal motivar os grupos para o exercício da cidadania, considerada aqui em sentido amplo, cuja conquista está assegurada tanto no âmbito constitucional como na própria vida como direito fundamental da pessoa humana. Nos espaços educativos informais, esses princípios éticos necessitam ser fomentados entre os membros da comunidade para consolidação da cidadania.

Na educação não-formal, a cidadania é o objetivo principal e ela é pensada em termos coletivos. Desde a organização dos grupos de alfabetização de jovens e adultos à organização dos movimentos sociais. A aprendizagem nesses espaços se dá por meio da prática social. A produção do conhecimento ocorre muitas vezes por meio da vivência de certas situações-problemas. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, e essas ações normalmente acontecem no plano da comunicação verbal, sempre seguida de representações culturais carregadas de valores e costumes.

A educação-não formal procura entender como vivem os homens hoje, que problemas enfrentam e o que almejam os homens de nossa época, quais problemas que nos afligem e tomar consciência dessas situações/problemas e começar a assumir um compromisso diante dos mesmos. Em uma sociedade cada vez mais desigual, que quer realmente avançar, até as formas de vida mais justas para todos os seus membros, este processo de tomada consciência do ser histórico, das desigualdades crescentes da exclusão e tantos outros fenômenos sociais produzidos pela globalização devem inquietar a todos os agentes sociais.

Por outro lado, há uma sociedade basicamente preocupada em manter a ordem vigente, sem alterar a essência das relações sociais em permanecer as desigualdades, em manter as coisas como estão, nas quais as pessoas aceitam esta ordem sem argumentar ou contradizer. Mas de qualquer maneira, ainda é possível, nos espaços informais, utilizarmos os princípios de uma educação libertadora, sujeito às mudanças. Para desenvolver esse trabalho, é preciso:

- a) incentivar atitudes nos grupos;
- b) despertar interesse pelos acontecimentos da atualidade;
- c) tomar consciência da responsabilidade que cada indivíduo tem com a comunidade, procurando animar uns aos outros;
- d) conhecer os problemas da comunidade e inquietar-se com os mesmos;
- e) contribuir com o processo organizativo dos grupos;
- f) dialogar sempre, para desenvolver nos grupos atitudes solidárias;
- g) desenvolver o espírito crítico e reflexivo.

Indubitavelmente, o trabalho educativo nos espaços não-formais apresenta muitos obstáculos que precisam ser superados com os próprios grupos; um aspecto muito difícil, mas interessante. É evidente que nem todas as pessoas têm os mesmos interesses e atitudes, nem têm a compreensão da realidade em que vivem.

Assim sendo, passamos a descrever de forma breve a nossa experiência em espaços educativos não-formais em Teixeira de Freitas/BA. A referida experiência pelo projeto de extensão Cidadania/Liberdade, que vem sendo desenvolvido há aproximadamente dez anos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus-X. O surgimento desta proposta extensionista, utilizando a educação não-formal, foi a partir da pesquisa: Levantamento Sócio-Econômico do bairro Liberdade ao ano de 1993. Em frente aos dados coletados e vivências no bairro de ocupação, elaboramos o referido projeto de extensão, entendendo-o como nos ensina Botomé, *“a extensão é o processo educativo, cultural, que articula ensino e pesquisa, de forma indissociável, e viabiliza a ação, transformadora da Universidade e a Sociedade”*. (BOTOMÉ, 1996, p. 49).

Nessa perspectiva, o projeto tem perseguido, ao longo da sua existência, os princípios da educação não-formal descritos anteriormente, na busca pela melhoria da qualidade de vida, a elevação social e cultural das populações excluídas dos bairros periféricos em Teixeira de Freitas, tais como: Liberdade e Nova América. Nesse trabalho extensionsita, procura-se pensar além da velha dicotomia que insiste em separar teoria e práxis. Há uma vinculação intrínseca entre teoria e práxis, nem sempre vivenciada na reciprocidade das relações entre universidade e sociedade.

Vivenciamos, a cada etapa da execução do projeto, a teoria e a práxis, como princípios de uma realidade de cuja constituição o homem participa na qualidade de agente de seu processo de transformação. Isto significa que há uma conquista de cidadania por meio dos processos de alfabetização de jovens e adultos, cuja atividade foi desenvolvida sem estar inclusa nos programas de caráter compensatório, nem das políticas públicas oferecidas no município de Teixeira de Freitas. Estas questões precisam ser elucidadas, para assim apresentar um projeto de alfabetização fundamentado nos princípios da educação de Paulo Freire. É nos espaços informais que realizamos os cursos/oficinas como: curso de artesanato, curso de corte/costura, oficina de xadrez, dentre outros. Outra atividade desenvolvida no projeto Cidadania/liberdade é o serviço de assessoria/consultorias aos movimentos sociais em Teixeira de Freitas, principalmente as Associações de Moradores. Essas atividades possibilita-nos a leitura de mundo dos jovens, adolescentes, crianças, adultos, partícipes do projeto ano a ano, numa ligação efetiva e afetiva entre a universidade e a sociedade, por meio da coordenação do projeto e dos monitores. São

estes os caminhos metodológicos que perseguimos e que necessariamente são refeitos mediante as ações propostas numa visão dialógica de troca de saberes de uma educação sócio-pedagógica, junto às populações dos bairros Nova América e Liberdade em Teixeira de Freitas/BA. Esta relação de troca se estabelece pelo Campus-X da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), implantado na Região do Extremo Sul da Bahia, há aproximadamente vinte e dois anos, oferecendo à região os cursos de licenciatura em Letras, Pedagogia, Ciências-Biologia e Matemática e iniciando o curso de História.

O Campus – X vem construindo progressivamente um novo perfil profissional, na área de educação, em Teixeira de Freitas/BA e região, pois a instituição qualifica os profissionais em educação, para alimentar um mercado que necessita de pessoas habilitadas/qualificadas para atuarem nas escolas de ensino básico, nos níveis médio e fundamental da rede pública e privada; portanto, os egressos desta instituição superior atuam em sua grande maioria, no mercado de trabalho de Teixeira de Freitas/BA e Região do Extremo Sul da Bahia.

O Campus-X, tem ao longo da sua história, contribuído de forma direta e indireta com o desenvolvimento regional, mas especificamente no setor de educação, pois a grande maioria dos trabalhadores em educação e os filhos da classe trabalhadora não tinham o privilégio de se qualificar, fazendo o curso de graduação. Com a instalação do Campus-X, percebe-se que a comunidade local e regional alimenta-se e retroalimenta-se de conhecimentos para uma melhor qualificação profissional e crescimento da pessoa humana.

Assim, o programa de extensão do Campus-X possui uma concepção humanista de educação e grande maioria dos projetos são desenvolvidos de forma interdisciplinar. Observando os que nos ensina Severino, *“o homem é uma unidade que só pode ser apreendida numa abordagem sintetizadora e nunca mediante uma acumulação de visões parciais. De nada adianta proceder por decomposição, análise e recomposição de aspectos: esta soma não dará a totalidade humana”*. (SEVERINO, 1989, p. 17).

É nesta visão coletiva das partes, formando o todo, que se desenvolve o programa de extensão no Departamento de Educação – Campus – X, e acentuamos os seguintes aspectos:

- a) utilização de mecanismos inseridos nos projetos que possibilitem as inter-relações da Universidade com os Movimentos Sociais, no campo e na cidade;
- b) implantação de atividades comunitárias derivadas de naturezas diversas, como os cursos de capacitação nas áreas específicas que geram mecanismos de transformações de realidade educacional e social da comunidade teixeirense e regional;
- c) execução de atividades extensionistas, como seminários, encontros, debates, mesa redonda e outros que promovam a integração da comunidade acadêmica e os segmentos sociais da comunidade;
- d) desenvolvimento de uma política extensionista que possa intervir, por meio de ações executadas pelos projetos de extensão na realidade sócio-cultural-educacional da região do Extremo Sul da Bahia;
- e) desenvolvimento das potencialidades humanas, na busca de melhoria da qualidade de vida e da conquista de direitos;

Do ponto de vista pedagógico/acadêmico, a extensão se estrutura como atividade integrada ao processo ensino-aprendizagem, mesclando-se aos fatores sociais e culturais da sociedade.

Nesta proposta de extensão, inclui-se o projeto Cidadania/liberdade que vem sendo desenvolvido nos bairros periféricos em Teixeira de Freitas/BA, onde procuramos persistir no sentido de vencer os desafios, os novos questionamentos; nada é pronto e acabado, mas, ao longo desses dez anos, o projeto Cidadania/Liberdade vem atendendo aproximadamente duzentas

pessoas ao ano, de forma direta, à medida que cresce o trabalho coletivo junto às populações, seguimos os ensinamentos de Paulo Freire “*não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito.*” (FREIRE, 2000, p. 83). Assim, Freire nos mostra que “*alfabetização, por exemplo, numa área de miséria só ganha sentido na dimensão humana*” (FREIRE, 2000, p. 83). Freire observa ainda que “*a expulsão do opressor dentro do oprimido enquanto sombra invasora*” (FREIRE, 2000, p. 85) deverá ser eliminada no processo de uma educação progressista libertária. Enquanto isso, o projeto Cidadania/liberdade vem sendo executado, sendo re-escrito junto às populações como algo simples, humano e criador.

REFERÊNCIAS

- BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante – O equívoco da extensão universitária**, Petrópolis, Vozes, Editora Universidade Federal de São Carlos. 1996.
- BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Difel. 1989.
- COVRE, M. de L. M. **O que é Cidadania**. Editora Brasiliense. 1991.
- CUNHA, L. A. **A universidade Crítica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- DEMO, P. **Cidadania Menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis, Vozes. 1992.
- _____, **Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**, Campinas, Autores Associados, 2001 – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 80).
- _____, **Política Social do conhecimento sobre futuros do combate à pobreza**, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DEMO, P. **Sociologia, uma introdução crítica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- FRANTZ, W. SILVA, E. W. da. **As Funções Sociais da Universidade**. O Papel da Extensão e a Questão das Comunitárias. Ijuí, RS. 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____, **Pedagogia da autonomia, Saberes necessários à Prática Educativa**, São Paulo, 1997.
- _____, **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1967.
- _____, **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: paz e terra, 1971.
- _____, **Ação cultural para a liberdade outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____, **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, **A Educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____, **A Importância do ato de ler em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez; autores Associados, 1982.

_____, **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____, **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez – autores Associados, Universidade Federal do Ceará. 1986.

GRAMASCI, A. **Cartas do Cárcere.** 4 ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1991.

_____, **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 8 ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1991.

_____, **Os intelectuais e a organização da cultura,** civilização brasileira, 1968.

_____, **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** 2 ed. São Paulo, Loyola, 1994.

_____, **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 1982.

_____, **Movimentos sociais e a luta pela moradia.** São Paulo, Loyola. 1991.

GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis, 1999.

_____, **Globalização Excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1999.

_____, **Educação Não-Formal e Cultura Política.** São Paulo, SP. Cortez, 2001.

HERKENHOFF, João Baptista. **Ética, Educação e Cidadania.** Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editora, 1996.

IANNI, O. **A era do globalismo,** 3 ed. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1997.

_____, **A sociedade global.** 6 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1998.

LEAL, R. G. **Direitos Humanos no Brasil: Desafio à Democracia.** Porto Alegre, EDUNISC, 1997.

MOCHOVITCH, L. F. **Gramsci e a Escola.** 2 ed. São Paulo, Ática, 1990.

PINTO, Á P. **A Questão da Universidade**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1994.

SANYDERS, G. **Escola Classe e Luta de Classe**. 2 ed. Lisboa, Moraes, 1981.

MANNHEIM, K. **Sociologia da Cultura**. São Paulo, Perspectiva. 1974.

SALAMON, L. **A Emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global**. In. Revista de Administração. São Paulo, Ed. USP. N. 1. v. 33, 1998.

UNICEF. **Educação para todos e as ONGs: Contribuições e desafios de Jomtien**. Contexto e Educação, Ijuí. Ed. UNIJUÍ, ano 7. n. 26. 1992.